



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº08/2026**

Período: 21/03/2026 a 27/03/2026

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1-PEC que limita atuação de fardados em cargos públicos continua travada no Congresso Nacional
- 2-Primeira mulher general do Exército dirigirá Hospital da Força em Brasília
- 3- Estado de saúde de Jair Bolsonaro levanta discussões sobre cumprimento de sentença pela trama golpista em regime domiciliar
- 4-Construções no entorno do aeroporto Campo de Marte necessitarão de autorização da Aeronáutica
- 5- Autoridade defende a reformulação e desenvolvimento de uma nova política de defesa
- 6- Ministro Alexandre de Moraes autoriza prisão domiciliar de 90 dias a Jair Bolsonaro, condenado pela trama golpista
- 7- A desconfiança da sociedade nas Forças Armadas
- 8- Lançamento do livro “Ecos de uma Jornada” destaca a atuação de político pernambucano na transição do regime militar para a redemocratização
- 9- Sociólogo com carreira marcada pela educação pela militância contra o regime ditatorial, Fernando Perillo da Costa faleceu aos 84 anos
- 10- Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos aprovou anistia e reparações à grupo musical
- 11- Artista e militante que lutou contra o regime ditatorial recebeu homenagem póstuma
- 12- Cinco empresas negociam acordos de reparação com vítimas de abusos durante o período ditatorial no Brasil
- 13- Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes solicitou esclarecimentos ao Exército a respeito de visitas não autorizadas ao general Walter Braga Netto, condenado por envolvimento em trama golpista

1- PEC que limita atuação de fardados em cargos públicos continua travada no Congresso Nacional

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita a participação de militares em cargos civis da administração pública está engavetada no Congresso Nacional desde 2024. O

projeto, de autoria da deputada Perpétua Almeida (PC do B-AC), foi apresentado em 2021, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), em meio a críticas da oposição sobre a intensa atuação destes em cargos-chave da gestão pública. Segundo o levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU), 6.157 militares da ativa e da reserva ocuparam cargos civis neste período. Conhecida como “PEC do Pazuello”, em referência ao então general três estrelas Eduardo Pazuello, que se tornou ministro da Saúde e realizou uma má gestão durante a pandemia da covid-19, a proposta visa o afastamento das atividades de militares, incluindo bombeiros e policiais, cujo tempo de serviço seja inferior a dez anos e sejam indicados para ocupar postos do governo. Além disso, prevê a transferência para a reserva de militares com mais de uma década de serviço nas Forças Armadas e que sejam nomeados para a função pública. Na ocasião, além da esquerda, a PEC obteve apoio do centrão, mas por um motivo diferente: uma parte do grupo pretendia diminuir a influência dos fardados para aumentar a sua própria no governo. No mesmo ano, a proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) para ser realizada uma análise acerca da constitucionalidade, o que não ocorreu devido ao colegiado ser liderado pela deputada Bia Kicis (PL-DF), aliada do então presidente, que obstruiu a votação. Em 2023, o comando da CCJ passou para Rui Falcão (PT-SP), que nomeou a deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) como relatora do texto. A congressista emitiu um parecer a favor da admissibilidade da PEC, porém, em razão da resistência bolsonarista e por falta de apoio do centrão, a proposta não foi votada. Em 2024, quando Caroline de Toni (PL-SC) assumiu o comando da CCJ, houve mudanças quanto ao rumo do projeto. Isso porque foi indicado como relator o deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), que apresentou um parecer contra a admissibilidade da PEC, considerando-a inconstitucional. Desde então, não há perspectiva para votação na Câmara dos Deputados. Por fim, cabe destacar que foi elaborada uma PEC em 2023, no início do governo Lula, que cria regras para impedir a disputa em eleições ou a presença em cargos de alto escalão do Executivo de militares da ativa das Forças Armadas. A proposta, apresentada por Jacques Wagner (PT-BA), chegou a ser aprovada na CCJ Senado, mas não foi levada adiante. Diante da proximidade das eleições, um grupo do PT cogitou o retorno da discussão, porém, nesse momento, a prioridade do governo no Legislativo é o fim da escala 6x1 e a PEC da Segurança Pública. Em editorial, a *Folha de S. Paulo* afirmou que mesmo com a aproximação das eleições de 2026, o governo continua com portas abertas para a entrada de militares em cargos políticos. Para o periódico essa facilidade contribuiu para as tensões institucionais durante a Presidência de Jair Bolsonaro (PL) e já deveria ter sido erradicada. O jornal informou que à época da tentativa de golpe a Cúpula das Forças Armadas sofria de pressões e tinha medo de perder os benefícios conquistados entre 2019 e 2022 e reforçou que o golpe não aconteceu devido à resistência do comando do Exército, sob o general Marco Antônio Freire Gomes. A *Folha* argumentou que para evitar novas tentativas de golpe é necessário isolar os militares de funções civis, uma vez que essa carreira já é detentora de mecanismos especialíssimos de proteção e aposentadoria e que atualmente ela não cumpre com sua função principal, a de defesa. Por fim, o periódico expressou revolta ao comentar que é inadmissível que os três poderes ainda não tenham se unido para garantir que não haja outra tentativa de golpe. (Folha de S. Paulo - Política - 21/03/26; Folha de S. Paulo - Opinião - 22/03/26)

## 2- Primeira mulher general do Exército dirigirá Hospital da Força em Brasília

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a mais nova indicada ao cargo de oficial general do Exército brasileiro, a coronel médica Cláudia Lima Gusmão Cacho, de 57 anos, trabalhará como general de brigada do Serviço Médico do Exército e deverá ser a dirigente do Hospital do Exército de Brasília, no qual atualmente é subdiretora. A promoção da primeira mulher general no Exército já era esperada desde o anúncio feito pelo general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, há dois anos Tanto na Marinha quanto na Aeronáutica, existem mulheres oficiais-generais, ambas médicas. Aos 16 anos, Gusmão Cacho ingressou na Faculdade de Medicina, onde conheceu seu esposo, Jorge Augusto Ribeiro Cacho, que era infante da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) e hoje atua como general de divisão. Ao mesmo tempo, a carreira no Exército se iniciou, integrando o 42.º Batalhão de Infantaria Motorizada. Depois, ingressou como oficial de carreira na Escola de Saúde do Exército e especializou-se em pediatria. Juntos, o casal possui duas filhas, uma engenheira e outra que cursa Medicina e pensa em seguir a carreira da mãe. Cláudia Cacho destacou os sentimentos de felicidade pela indicação à primeira general do Exército, afirmando: “Primeiro a gente sente aquela alegria e, depois, entra aí nesse redemoinho de coisas que a gente precisa fazer e vai caindo aos poucos essa ficha”. Além disso, reconheceu o momento histórico para as mulheres na Força, que estão sendo pioneiras: Por fim, a general afirmou que considera a nomeação de uma mulher ao cargo de general combatente, como Laura Richardson dos Estados Unidos, uma questão de tempo, haja vista que novas turmas estão se destacando como as engenheiras e médicas. O jornal destacou que Cláudia Cacho foi reconhecida por seu trabalho, tendo recebido honrarias como a Ordem do Mérito Militar, Medalha do Pacificador e Medalha Militar de Prata. (O Estado de S. Paulo - Bem Estar - 21/03/26)

## 3- Estado de saúde de Jair Bolsonaro levanta discussões sobre cumprimento de sentença pela trama golpista em regime domiciliar

Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* realizaram reportagens sobre a possibilidade de prisão domiciliar para o ex-presidente Jair Bolsonaro por conta de seu estado de saúde. Após recente melhora de Jair Bolsonaro, que havia sido internado no dia 13/03/2026 em razão de um quadro de broncopneumonia bacteriana bilateral – quando há entrada de fluidos digestivos no sistema respiratório –, os periódicos comentaram sobre a possibilidade de transferência do cumprimento de sentença pela trama golpista para o regime domiciliar. Este cenário tornou-se ainda mais provável com o parecer favorável da Procuradoria Geral da República (PGR) para esta mudança, apesar de o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e relator do caso, Alexandre de Moraes, ter recusado todos os pedidos anteriores para a mudança de regime. De acordo com a PGR, a prisão domiciliar foi indicada por conta do estado de saúde frágil do ex-presidente e as múltiplas comorbidades que o expõe a uma piora súbita. O periódico *O Estado de S. Paulo* informou que aceitação do pedido da defesa do ex-presidente possui duas razões principais: a tentativa de Alexandre de Moraes amenizar críticas a seu respeito e evitar tumultos caso o quadro de Jair Bolsonaro piore, lembrando o precedente de Nelson Meurer – condenado pela Lava-Jato que faleceu de Covid-19 no regime

fechado pouco depois de ter o pedido de prisão domiciliar negado. O *Correio Braziliense* ressaltou que estes pedidos ocorrem num momento delicado, no qual Jair Bolsonaro ficou bastante afetado, e que a concessão de regime domiciliar deveria seguir critério já consolidado em face ao seu quadro de saúde, como ocorreu com o ex-ministro Augusto Heleno que teve seu pedido deferido. Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, a expectativa de aceite do pedido de regime domiciliar é alimentada por apoiadores em razão do alinhamento dos pareceres da PGR e das decisões de Alexandre de Moraes até o momento. Entretanto, a *Folha de S. Paulo* apontou que este movimento não é consenso entre juristas: o grupo Prerrogativas, alinhado ao governo de oposição, defendeu que o aceite de mudança de regime seria uma aplicação seletiva da lei, considerando que o ex-presidente já tem acesso a melhores condições que a maioria das pessoas em privação de liberdade. Além disso, na avaliação do grupo, de acordo com a reportagem, a concessão do regime domiciliar poderia se tornar uma armadilha para as instituições brasileiras e que, ao contrário, seria o momento ideal para demonstrar a independência do Poder Judiciário. Finalmente, em discussão sobre presidenciais do Partido Social Democrático (PSD), o *Correio Braziliense* informou que Ronaldo Caiado, caso se torne chefe do Poder Executivo, tem a intenção de anistiar o ex-presidente Jair Bolsonaro pela condenação na trama golpista deflagrada no 8 de janeiro. (*Correio Braziliense* - Política - 24/03/26; *Folha de S. Paulo* Política - 24/03/26; *O Estado de S. Paulo* - Política - 24/03/26; *O Estado de S. Paulo* - News - 24/03/26)

#### 4- Construções no entorno do aeroporto Campo de Marte necessitarão de autorização da Aeronáutica

Em reportagem, a *Folha de S. Paulo* informou que o Aeroporto Campo de Marte iniciou a segunda fase de expansão, afetando o processo de verticalização da capital paulista e de cidades da região metropolitana. Anteriormente, era necessário, para construções num raio de até 2,5 km ao redor do aeroporto, autorização da Aeronáutica. A partir dessa nova fase, este raio chega a 3,5 km e a Força Aérea Brasileira (FAB) declarou que as mudanças ocorridas no aeroporto exigem medidas mais restritivas e que podem afetar empreendimentos localizados em áreas mais elevadas. A FAB também informou que uma análise está sendo realizada, buscando “garantir o interesse público sobre o privado”. (*Folha de S. Paulo* - Cotidiano - 24/03/26; *Folha de S. Paulo* - Cotidiano - 25/03/26)

#### 5- Autoridade sustenta a reformulação e desenvolvimento de uma nova política de defesa

Em reportagem para o periódico *O Estado de S. Paulo*, Rubens Barbosa, presidente do Centro de Estudos de Defesa e Segurança Nacional (CEDESEN), argumentou de maneira favorável à definição de uma nova política de Defesa Nacional. Nesse sentido, Barbosa comentou que a questão retomou fôlego após a convocação dos comandantes das três forças armadas e do chefe do Estado-maior pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro, com o objetivo de discutir possíveis consequências para o Brasil em caso de uma ameaça externa. O quadro aventado sobre o estado atual das forças armadas foi lido com pragmatismo, isto é, a capacidade de defesa brasileira encontra-se muito aquém do que seria necessário, na qual a defasagem bélica não pode ser resolvida nem a curto ou médio prazo, em razão da dependência de importações, sobretudo

dos Estados Unidos e da Europa. Para a área, o ministro de Defesa, José Múcio, apresentou um programa de investimentos de até 800 bilhões de reais em até 15 anos, com a maior parte dos recursos destinados ao exército. Como meios para conseguir assegurar uma relativa autonomia, ressaltou-se planos para nacionalização da produção e diversificação de fornecedores, além de reformulação de estruturas da Defesa – como as carreiras envolvidas no ministério – e estabelecimento de prioridade máxima de construção de uma artilharia antiaérea pelo exército. Para Barbosa, o protagonismo de guia para o desenvolvimento de programas de curto, médio e longo prazo deveria ficar a cargo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo (Creden), instância responsável pela coordenação dentro do governo e que abriria espaço para participação da sociedade civil. Ainda, de acordo com a reportagem, a Creden poderia auxiliar no mapeamento de vulnerabilidades do país e impulsionar a base da indústria de Defesa. Por fim, Barbosa defendeu que a atuação das forças armadas deve se configurar como uma política de Estado com planejamento estratégico. (O Estado de S. Paulo - News - 24/03/26)

#### 6- Ministro Alexandre de Moraes autoriza prisão domiciliar de 90 dias a Jair Bolsonaro, condenado pela trama golpista

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, na terça-feira (24), Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal autorizou a prisão domiciliar em caráter humanitário, com um prazo inicial de 90 dias, ao ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e 3 meses pela trama golpista. Além disso, Jair Bolsonaro deverá usar tornozeleira eletrônica, não poderá gravar áudios e vídeos ou usar as redes sociais e está proibida a organização de acampamentos ao redor da residência do condenado. Ademais, como reportado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, Alexandre de Moraes também autorizou a presença dos seguranças do ex-presidente durante o período de prisão domiciliar, contudo a defesa deverá informar ao STF os nomes e os dados dos agentes para a sua autorização e cadastro pela corte. Contudo, em caso de descumprimento das medidas cautelares, Bolsonaro voltará ao regime fechado. A autorização foi concedida pelo ministro, devido a piora do quadro de saúde de Jair Bolsonaro quando passou mal na sua cela na Papudinha. O ex-presidente foi diagnosticado com broncopneumonia, e de acordo com os médicos de plantão no complexo penitenciário, o político corria risco de morte e deveria ser transferido ao hospital DF Star, onde agora está internado. Dessa forma, o prazo de 90 dias começará a ser contado a partir da alta hospitalar de Bolsonaro para se recuperar da broncopneumonia, e após este período a prisão domiciliar humanitária será reanalisada. O jornal *O Estado de S. Paulo* destacou a justificativa de Moraes na escolha de 90 dias de prisão domiciliar, a qual foi fundamentada na literatura médica que prevê que em idosos o processo de recuperação total de pneumonia nos dois pulmões é de 45 a 90 dias com ambiente controlado. (Folha de S. Paulo - Política - 25/03/26, O Estado de S. Paulo - Política - 25/03/26, Correio Braziliense - Política - 25/03/26)

#### 7- A desconfiança da sociedade nas Forças Armadas

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a pesquisa realizada pela AtlasIntel, a pedido do jornal sobre o nível de confiança nas instituições mostrou que a população brasileira possui altos níveis de desconfiança nas principais

instituições brasileiras, assim revelando um momento delicado da democracia brasileira. Nesse sentido, uma das instituições que sofrem com esse descrédito popular são as Forças Armadas, especialmente o Exército, que aparecem com apenas 27% de nível de confiança, destacando um desgaste em instituições historicamente bem avaliadas e vistas como pilares da estabilidade. , Em décadas anteriores as Forças Armadas estavam em posições mais bem prestigiadas no ranking, sendo que mesmo após o processo de redemocratização eles mantinham uma imagem relativamente positiva marcada pela ordem, disciplina e uma suposta distância da política. O periódico analisou que o Brasil está passando por um processo generalizado de desgaste da confiança pública e isso demonstra riscos para a democracia. Segundo o periódico, essa fragilização pode abrir espaço para questionamentos da legitimidade do sistema, colocar em risco a solidez do arranjo institucional e o distanciar o povo das instituições que o representam. (O Estado de S. Paulo - News - 25/03/26)

#### 8- Lançamento do livro “Ecos de uma Jornada” destaca atuação de político pernambucano na transição do regime militar para a redemocratização

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a vida pública do político pernambucano José Jorge de Vasconcelos Lima foi homenageada no livro “Ecos de uma Jornada” organizado pelo jornalista e membro da Academia Pernambucana de Letras Angelo Castelo Branco. A carreira de José Jorge, iniciada no âmbito técnico e consolidada no ramo partidário, foi marcada pela atuação como deputado federal, senador, ministro de Estado e ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como por seu pragmatismo técnico no ambiente político. O lançamento do livro teve espaço em Brasília, na sede do TCU, com a presença de cinco dos nove ministros, e um discurso do autor Angelo Castelo Branco, que destacou o papel fundamental da figura ao lado de personalidades como Aureliano Chaves e Marco Marciel na modernização administrativa do Estado e na condução da transição do regime militar (1964-1985) para a redemocratização, priorizando o interesse do país “com diálogo e maturidade”. (Correio Braziliense - Política - 27/03/26)

#### 9- Sociólogo com carreira marcada pela educação e militância contra o regime ditatorial faleceu aos 84 anos

Conforme reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, faleceu, aos 84 anos, o sociólogo e professor Fernando Perillo da Costa, cuja carreira foi marcada pela educação, pela defesa de direitos humanos e pela formação do pensamento crítico e questionador entre milhares de estudantes, dentro e fora das salas de aula. Durante sua trajetória, participou de ações de resistência contra o regime militar (1964-1985) e de movimentos estudantis, havendo sofrido lesões por um coquetel molotov durante um embate entre estudantes da Universidade de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Em sua vida pessoal, destacou-se a parceria com a esposa Maria Cristina, com quem compartilhou a rotina e a militância, e aplicou a pedagogia de Paulo Freire em iniciativas de alfabetização para adultos a partir de 1967, embora tivesse ciência dos riscos dispostos pelo período ditatorial. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 27/03/26)

#### 10- Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos aprovou anistia e reparações à grupo musical

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a banda pernambucana Ave Sangria, cujo disco de estreia, lançado em 1974, foi censurado pelo regime ditatorial (1964-1985), teve sua anistia aprovada pela Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos, que estabeleceu o pagamento de uma pensão mensal e vitalícia de valor retroativo a ser calculado, como forma de reparação pela interrupção forçada à carreira da banda. A canção “Seu Waldir” representou, concomitantemente, a ascensão do grupo e o principal símbolo de censura enfrentado por tal, tornando-se, à época, alvo de uma campanha que a acusou de insinuações homossexuais, culminando na ostracização da banda após a descontinuação da circulação do disco. Os membros da Ave Sangria, que retomaram as atividades em 2019 com o lançamento do álbum “Vendavais”, acompanharam as votações da Comissão por meio de uma transmissão no Sítio Trindade, em Recife, antigo local de ensaio do grupo. Marco Polo e Almir de Oliveira, membros da formação original da banda, reiteraram o peso simbólico da decisão, e afirmaram continuar “batalhando pela música, pela liberdade e pela democracia”. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 27/03/26)

#### 11- Artista e militante que lutou contra o regime ditatorial teve homenagem póstuma

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o ilustrador e *designer* Elifas Andreato foi homenageado no encontro “Todo Mundo Tem que Falar, Cantar e Comer!”, que reuniu acadêmicos, artistas, estudantes e jornalistas na praça Memorial Vladimir Herzog, ponto de encontro idealizado pelo próprio Andreato em homenagem a seu amigo próximo, assassinado em 1975 pelo regime ditatorial (1964-1985). O evento celebrou a vida e as obras do artista, que faleceu em 2022 e completaria oitenta anos em 22/01/2026. Autor de notáveis capas de disco de expoentes da música brasileira e célebre militante contra a ditadura militar, Elifas nasceu no interior do Paraná, em 1946, em uma família marcada pela pobreza. Treze anos depois, mudou-se para São Paulo, onde conseguiu um emprego de aprendiz de torneiro mecânico na Fiat Lux, empresa para a qual realizou um de seus primeiros trabalhos - uma mão espalmada em vermelho, em cartaz para a prevenção de acidentes de trabalho, a qual, mais tarde, se tornaria a capa de um livro para o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, representando seu constante compromisso com a classe trabalhadora. A artista e educadora Laura Andreato, filha do ilustrador, relatou, ainda, outras iniciativas em celebração à memória do pai, dentre as quais destacam-se a disponibilização de parte do acervo de Elifas para consulta pública e para alunos da Universidade Belas Artes, bem como a montagem de uma exposição com suas obras e o lançamento de obras literárias sobre sua trajetória pessoal e profissional. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 27/03/26)

#### 12- Cinco empresas negociam acordos de reparação com vítimas de abusos durante o período ditatorial no Brasil

Conforme reportagem da *Folha de S. Paulo*, treze empresas viraram alvo de investigações do Ministério Público Federal por participação em abusos e violações de direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985).

No momento, uma significativa porção de nomes das companhias permanece sob sigilo. O periódico, porém, revelou que cinco organizações negociam possíveis acordos de reparação com indivíduos vitimizados durante o regime - entre elas, a Volkswagen, a Petrobras e a Itaipu Binacional. A conjuntura assemelha-se ao enredo do longa-metragem “O Agente Secreto”, candidato do Brasil ao Oscar 2026, no qual o protagonista encontra-se em um esquema de perseguição por um empresário ligado à Eletrobras, em decorrência de interesses corporativos e políticos. A comparação revelou um aspecto crucial no tangente à cooperação entre o autoritarismo e a atividade empresarial no período. De acordo com a reportagem, ainda que o regime tenha sido coordenado e capitaneado, em grande medida, pelas Forças Armadas, os empresários assumiam um papel chave no âmbito da corrupção a partir da dicotomia entre a repressão e a concessão de favorecimentos econômicos, constituindo uma “ditadura empresarial-militar” e, por fim, uma cumplicidade para com o autoritarismo. (Folha de S. Paulo - TV Folha - 27/03/26)

13- Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes solicitou esclarecimentos ao Exército a respeito de visitas não autorizadas ao general Walter Braga Netto, condenado por envolvimento em trama golpista

De acordo com reportagem publicada pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, teria solicitado ao Exército o esclarecimento de inconsistências a respeito de visitas não autorizadas a Walter Braga Netto, ex-ministro da defesa condenado à prisão por envolvimento na trama golpista. Encarcerado na 1ª Divisão do Exército, no Rio de Janeiro, Braga Netto está autorizado, somente, a receber visitas às terças-feiras, quintas-feiras e domingos, entre as 14 e 16 horas. O general, porém, teria recebido visitas em dias não autorizados, como em 09/03/2026, por parte do general de brigada da reserva Sérgio Borges Medeiros da Silva, e em outros dias por parte de familiares, bem como assistência religiosa sem anuência judicial prévia. (O Estado de S. Paulo - Política - 27/03/26)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

## **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)  
Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)  
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)  
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Isabelle Costa (Bolsista PIBIC)  
Julia Helena Esmeraldo (Bolsista PIBEX)  
Marcela Furlan de Cena

### **Equipe redação**

Ashilley Arielle Pereira  
Éryka Sammara Carnieletto Bento  
Estevão Alves Sousa Assunção Aragão  
Fernanda Gonzaga Fabrício  
Giovanna Pereira dos Santos  
Isabela Lopes Banfada da Silva  
Isadora Helena Caleguer Figueiredo  
Luisa Rajczuk Quege  
Manuela Zelira de Menezes Torres  
Maria Luiza Garcia Rabelo  
Nicole Souza Aguiar  
Pedro Levi Negromonte de Lima  
Vitória Cristina de Assunção Alves Bonfim